

CIES e-WORKING PAPER N.º 100/2010

REGULARIDADES E EMERGÊNCIA
Notas sobre a explicação sociológica
a partir de uma pesquisa não extensiva

CRISTINA ROLDÃO

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Cristina Roldão é assistente de investigação do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, tendo participado, entre 2008 e 2009, nos projectos “Imigrantes Idosos: Uma Nova Face da Imigração em Portugal” (CIES, ACIDI) e “Imigrantes Africanos em Portugal: Percursos Migratórios, Trajectórias Sociais e Modalidades de Integração” (CIES, Fundação Aga Khan). Actualmente, frequenta o Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE-IUL, encontrando-se a desenvolver o projecto “Factores e Perfis de Sucesso Escolar ‘Inesperado’: Trajectos de Contratendência de Sentido Ascendente”. Entre 2006 e 2009, participou, enquanto investigadora do ISCTE-IUL, no Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES-GEPE/ME) e, enquanto investigadora do Centro de Estudos Territoriais, na avaliação externa do Programa Escolhas 2.ª Geração. E-mail: cristina.roldao@iscte.pt

Resumo

Quando o propósito de uma pesquisa comparativa, ou mesmo intensiva, é explicar, surgem por vezes hesitações quanto à adequabilidade dessas abordagens metodológicas, dado o número reduzido de casos e a não aleatoriedade da selecção dos mesmos. No presente texto, discutem-se algumas fragilidades da perspectiva empirista subjacente a essas críticas, confrontando-a com a concepção de causalidade desenvolvida no quadro do realismo crítico, em que o conceito de “propriedades emergentes” tem relevo. Procura-se confrontar também esta última proposta com os conceitos de “efeitos de agregação” e “sistema de interdependência” que têm a sua origem no individualismo metodológico. Tenta-se encontrar, em ambas as perspectivas, ferramentas para a ruptura com uma visão de causalidade exclusivamente assente em regularidades.

Palavras-chave: explicação, propriedades emergentes, metodologia das ciências sociais.

Abstract

When the purpose of comparative or intensive research is to explain, there may be hesitation regarding the suitability of these methods. Some of the critics are related with the small number and non-random selection of cases. We discuss the perspective of causality that underlies these criticisms, an empiricist model of explanation, and compare it with the concept of “emergent properties” developed by critical realism. We also consider the concepts of “aggregation effects” and “interdependency system” from methodological individualism. In the discussion of these different perspectives we tried to find conceptual tools that break with the empiricist notion of causality.

Key-words: explanation, emergent properties, social sciences methodology.

REGULARIDADES E EMERGÊNCIA

*Notas sobre a explicação sociológica a partir de uma pesquisa não extensiva*¹

A capacidade de explicação das pesquisas intensivas e comparativas é por vezes posta em causa a partir de dois argumentos: o número reduzido de casos observados e a forma de selecção dos mesmos. “*Como poderá a pesquisa explicar o fenómeno X, observando um número tão reduzido de casos? E, sobretudo, não representativo?*”

Ainda que as questões sejam levantadas no plano das técnicas de pesquisa, a sua discussão leva-nos para outro domínio. O “problema” do número reduzido e da não-aleatoriedade da selecção de casos em pesquisas não-extensivas parte de uma transposição de critérios da análise estatística para a pesquisa intensiva, mas, antes de mais, deriva de uma visão particular, com origem no paradigma positivista, sobre a causalidade e sobre o conhecimento científico.

A crítica a esse paradigma foi amplamente desenvolvida a partir dos anos 60 e, em Portugal, deu-se especialmente através dos trabalhos de Pinto (1984a, 1984b e 1985), na vertente de um racionalismo construtivista (inspirado em autores como Bachelard e Bourdieu), e de Santos (1987 e 1989), numa perspectiva pós-moderna. Mas é na primeira abordagem que a crítica à perspectiva positivo-empirista se direcciona mais claramente para as questões da metodologia sociológica (Almeida e Pinto, 1975 e 1986; Pinto, 1984a, 1984b e 1985)².

¹ O presente texto foi inicialmente realizado no âmbito da unidade curricular de Metodologias Intensivas do programa de doutoramento em Sociologia do ISCTE-IUL. Nos meses seguintes, foi alvo de várias reformulações, percurso em que tive a oportunidade de contar com os contributos de várias pessoas a quem devo um especial agradecimento. Entre elas, destaco o António Firmino da Costa, orientador do meu projecto de doutoramento, que me forneceu pistas cruciais e com quem discuti pormenorizadamente e várias vezes este texto.

² O debate epistemológico na sociologia portuguesa é fundamentalmente iniciado na década de 60, surgindo do próprio processo de refundação e consolidação da disciplina em Portugal, mas também pelo facto de, a nível internacional, esse ter sido um período de forte investimento nesses domínios, por via da crítica ao modelo positivo-empirista (Fernandes, 1996; Machado, 2009; Pinto, 2007; Santos, 1989). Está presente em obras fundadoras da sociologia em Portugal, como: *Questões Preliminares das Ciências Sociais* (1971), de Adérito Sedas Nunes, e *Investigação nas Ciências Sociais* (Almeida e Pinto, 1975), que resultou da compilação de dois artigos de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto publicados entre 1972 e 1974 na revista *Análise Social*. A década de 80 é marcada pelo aumento de trabalhos neste domínio, como acontecia, aliás, na sociologia portuguesa em geral. Disso são exemplo a obra colectiva *Metodologia das Ciências Sociais*, organizada por Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (1986), da qual realçamos o texto “Da teoria à investigação empírica: problemas metodológicos gerais”, de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto (1986); a trilogia de artigos “Questões de Metodologia Sociológica”, de José Madureira Pinto (1984a, 1984b e 1985); *Um Discurso sobre as Ciências* (1987) e *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna* (1989), de Boaventura Sousa Santos.

Apesar dos pontos de contacto, o presente texto não se debruçará sobre uma questão tão vasta, como um modelo epistemológico geral, assim como não entrará pelo debate “*Erklären e Verstehen*”.

Debruçar-nos-emos sobre diferentes concepções de causalidade. Num primeiro momento, sublinhamos algumas das principais fragilidades que têm vindo a ser apontadas (Pinto, 1984a) ao modelo empirista. Posteriormente, apresentamos uma concepção de causalidade alternativa, que parte dos contributos do realismo crítico (Archer, 1995; Danermark *et al.*, 2002; Ekstrom, 2002; Sayer, 1984 e 2000), nomeadamente através de conceitos como os de “relações internas e necessárias”, “propriedades emergentes” e “estruturas”. Contrastou-se ainda esses conceitos com os de “efeitos de agregação” e de “sistema de interdependência” desenvolvidos por Boudon (Boudon, 1981; Boudon e Bourricaud, 1994), tentando-se perceber de que forma estas ferramentas conceptuais poderão apoiar a ruptura com uma visão empirista de causalidade.

I – Um modelo empirista de explicação

O argumento do “número e aleatoriedade de casos” na crítica à capacidade de explicação das pesquisas não extensivas tem frequentemente implícita uma visão particular sobre a explicação. Sugere-se que as causas dos fenómenos devam ser definidas principalmente a partir da observação de regularidades empíricas, num volume de casos que as pesquisas com um número reduzido de casos não asseguram.

Este modo particular de conceber a análise causal, embora seja em grande medida fruto de uma filosofia espontânea (Pinto, 1984a, Almeida, 2007), parece inspirar-se no legado do positivismo lógico, sendo denominado por alguns autores como modelo de explicação de Hempel (Hedstrom e Swedberg, 1996 e 1998) ou Popper-Hempel (Danermark *et al.*, 2002), modelo das leis de cobertura ou dedutivo-nomológico (Ekstrom, 1992; Lago, 2008).

Recuperando o contributo de um dos autores dessa corrente filosófica, Carl Hempel (Hempel e Oppenheim, 1948; Hempel, 1970), nessa proposta é defendido que o padrão básico de explicação corresponde ao modelo dedutivo-nomológico (DN), em que explicar significa fundamentalmente subsumir, por via dedutiva, um fenómeno a

uma lei universal, isto é, de o entendermos como uma manifestação particular de uma regra geral³ (mesmo que probabilística).

É clara a adequabilidade deste modelo ao teste de hipóteses, objectivo frequente das análises extensivas, em que se coloca sob verificação, numa realidade particular, um conjunto de enunciados gerais (quadro teórico) e onde a regularidade das observações que confirmam ou infirmam as hipóteses joga um papel importante. Mas, ainda que as regularidades empíricas sejam importantes no teste à robustez dos enunciados, serão essas regularidades em si – como, por exemplo, a correlação entre nível de escolaridade das famílias e trajecto escolar dos seus descendentes – que explicam o fenómeno? Ou será que a explicação provém do quadro teórico mais geral, que assenta quer em hipóteses teóricas empiricamente testáveis, quer noutras em que é menos possível a tradução empírica? *“Contrary to popular myth (derived from the association of causality with regularity), what causes an event has nothing to do with the number of times it has been observed to occur and nothing to do with whether we happen to be able to predict it”* (Sayer, 1984: 110).

A relação entre enunciados explicativos e regularidades empíricas poderia também, segundo uma lógica empirista, estabelecer-se por via indutiva, embora essa não fosse a proposta de Hempel. Isto é, tender-se-ia a fazer coincidir as causas com os eventos (variáveis independentes) que precedem, com uma regularidade expressiva, o efeito que se pretende explicar (variável dependente). São bem conhecidos os riscos do indutivismo, quer o dilema clássico dos cisnes brancos, quer o problema de não fornecer informação sobre o porquê de determinada correlação acontecer⁴; neste caso, será mais uma vez às hipóteses teóricas, e não tanto aos dados empíricos em si, que se terá de recorrer principalmente.

Tanto na vertente dedutiva como na indutiva do modelo de explicação empirista, existe uma tendência para uma sobrevalorização do momento de verificação na análise

³ Hempel desenvolve, mais tarde (1970), os modelos dedutivo-estatístico (DE) e indutivo-estatístico (IE). O primeiro refere-se à capacidade de retirar, de regularidades estatísticas conhecidas (“leis estatísticas”), consequências estatísticas mais específicas. Ao contrário do modelo DE, o IE parte de uma situação particular para a qual se procura dar inteligibilidade no quadro das “leis estatísticas” conhecidas. No modelo de Hempel, em que incluímos a explicação DN, DE e IE, explicar um fenómeno é, fundamentalmente, ser-se capaz de o entender como uma decorrência particular de uma lei geral, mais ou menos probabilística e previamente conhecida.

⁴ *“Induction gives no guidance as to how, from something observable, we can reach knowledge of underlying structures and mechanisms; it is limited to conclusions of empirical generalizations and regularities. (...) Our notion is that the objects of science are not primarily empirical regularities, but structures and mechanisms. It is also in these structures that we find the foundation for the fairly stable and lasting (but not unchangeable) character of nature as well as of social reality”* (Danermark et al., 2002:87).

causal, em detrimento da construção teórica. Levanta-se, portanto, o risco, como refere Pinto (1984a) a propósito daquilo a que chamou modelo empirista, de cair numa abordagem fenomenalista. Isto é, em que existe “*a convicção de que não há conhecimento cientificamente relevante que se não refira de forma imediata a fenómenos apreensíveis através dos sentidos*” (Pinto, 1984a: 6). Não se pretende com isto dizer que os dados empíricos sejam mais ou menos irrelevantes, aquilo que se sublinha é que, “na sua forma imediata”, isto é, quando não foram sujeitos a um trabalho de reconstrução teórica, não conduzem *per si* à explicação dos fenómenos.

Desta visão fenomenalista surge o problema da “atomização/pulverização dos objectos de pesquisa”, perdendo-se a capacidade de fazer uma ruptura com a própria escala a que os fenómenos são espontaneamente captados (Pinto, 1984a). O obstáculo individualista (a atomização) apresenta-se aqui de forma clara, dificultando a análise de aspectos menos visíveis dos fenómenos sociais, como são as estruturas⁵. Não significa, contudo, que as pesquisas de tipo extensivo sejam inadequadas a análises de tipo estrutural. Na linha de vários autores portugueses (Almeida e Pinto, 1975; Pinto, 1984a; Costa, 1999; Costa, 1986), consideramos que, quer se trate de uma pesquisa intensiva, comparativa ou extensiva, é principalmente na combinação entre objectivos de pesquisa, hipóteses mobilizadas e observação empírica que reside grande parte da capacidade explicativa de uma pesquisa e que, em muitos casos, pela complexidade dos objectos de estudo, ganhar-se-á mais em apostar numa abordagem multimétodo ou na triangulação metodológica (Duarte, 2009).

Para além disso, considerar o “número e a aleatoriedade na selecção de casos” como critério decisivo da análise causal revela a crença de “*só ser científico o que pode ser provado, o que fosse positivamente demonstrado pela articulação de factos repetidamente observados com os enunciados abstractos da teoria*” (justificacionismo) (Almeida e Pinto, 1986: 65). Ainda que as teorias devam ter suporte empírico, nem sempre serão do tipo regularidades empíricas; assim como nem todas as componentes de uma dada teoria em uso estão totalmente validadas empiricamente; e, se tivermos ainda em conta o carácter pluriparadigmático das ciências sociais, podemos depreender que os mesmos dados empíricos podem justificar teorias bem diferentes.

⁵ “O ponto mais afastado da causalidade linear e pontual clássica é o das proposições de causalidade estrutural: neste caso, pode mesmo dizer-se que se trata de um nível diverso de análise, carecendo de outros instrumentos metodológico-técnicos. (...) A existência de vários níveis de análise em ciências sociais põe implicitamente o problema das mudanças de escala e apela para a formulação da teoria, ainda por fazer, capaz de enunciar as condições de transposição da lógica de análise de um nível para outro” (Almeida e Pinto, 1975, 1995: 168).

Por fim, se as regularidades fossem o critério de base para a definição de causas, os casos que “fogem à regra”, como, por exemplo, uma guerra mundial, uma sociedade matriarcal ou um caso de sucesso escolar inesperado, teriam de ser considerados, *a priori*, não explicáveis. Mas não poderão estes casos ser, exactamente pela sua excepcionalidade, pontos estratégicos para a construção ou reformulação teórica, como referia Merton (1968), a propósito daquilo a que chamou padrão de serendipidade?

Existem formas alternativas de conceber a causalidade, mais independentes da existência de regularidades de concomitância e, por essa via, do número de casos observados, mas que continuam a exigir o confronto das teorias com a empiria. Determos-nos sobre o que alguns autores, no quadro do realismo crítico (Danermark *et al.*, 2002; Archer, 1995; Ekstrom, 1992; Sayer, 2000 e 1984), entendem por “relações internas e necessárias”, “propriedades emergentes” e estruturas, discutindo no segundo momento as diferenças dessa proposta face a concepções individualistas de causalidade associadas aos conceitos de “efeitos de agregação” e de “relações de interdependência” (Boudon, 1981; Boudon e Bourricaud, 1994).

II – Propriedades Emergentes

Se no modelo empirista as causas de determinado fenómeno tendem a coincidir com regularidades empíricas, na proposta do realismo crítico (Danermark *et al.*, 2002; Archer, 1995; Ekstrom, 1992; Sayer, 2000 e 1984; Bhaskar, 1989) sugere-se que as causas dos fenómenos sociais tendem não só a ser inobserváveis como também a situar-se num estrato de realidade distinto daquele em que ocorrem as regularidades empíricas (concepção estratificada da realidade). Sugerem, portanto, uma ruptura com a própria escala a que os fenómenos são espontaneamente captados.

As causas dos fenómenos sociais estariam principalmente ao nível não dos indivíduos ou grupos em si, mas, sim, do conjunto de relações em que estes se encontram. Contudo, segundo estes autores, interessa à sociologia especialmente um tipo de relações, as relações internas e necessárias, que são fundamentalmente relações estruturais, e que se distinguem das relações externas e contingentes.

Por exemplo, o poder de exigir uma renda a um inquilino não decorre do indivíduo que ocupa a posição de senhorio, decorre da sua posição nessa relação. É claro que aquilo que são os recursos, as regras e os papéis subjacentes à relação

senhorio-inquilino foi sendo definido ao longo do tempo por indivíduos e instituições, mas aquilo que os autores pretendem salientar é que essa relação, naquilo que tem de intrínseco (renda, propriedade privada do imóvel, papéis, etc.), não depende dos indivíduos que aqui e agora estão nessa posição. Acrescenta-se ainda que estas relações podem ser tanto simétricas, quando a natureza de ambas as partes depende dessa relação, quanto assimétricas, quando somente a natureza de uma das partes depende dessa relação (a relação entre o dinheiro e o sistema bancário, ou entre Estado e habitação social, ou entre a escola e os procedimentos de avaliação escolar) (Sayer, 1984).

Outro exemplo interessante, fornecido por Archer (1995), refere-se às estruturas demográficas envelhecidas. Estas não são simplesmente a relação proporcional entre o número de pessoas com mais de 65 anos e aquelas com menos de 35. Essa relação tem efeitos próprios que condicionam a capacidade dos indivíduos de a alterarem, porque implica necessariamente que as possibilidades de rejuvenescimento (natalidade) sejam menores, dado o número de pessoas em idade fértil.

A essa capacidade de uma relação ter propriedades não redutíveis às partes que a compõem, os autores atribuem o termo “propriedades emergentes”. Estamos, portanto, bem longe de uma ideia de fenómenos sociais como efeito da agregação de acções, isto é, redutíveis a elas.

As relações externas e contingentes apontam para o facto de dois objectos poderem estar relacionados, embora possam existir independentemente um do outro. A natureza de cada um destes não depende da sua posição em tal relação. Saber que determinado grupo taxonómico tende estatisticamente a ter determinado atributo (por exemplo, a correlação entre nível de escolaridade dos pais e desempenho escolar dos filhos), em si, diz pouco sobre se essa é uma relação externa e contingente ou estrutural.

“The primary distinguishing feature of any emergent property is the natural necessity of its internal relations, for what the entity is and its very existence depends upon them. To focus upon internal and necessary relations between components as constitutive of an emergent property is to set them apart from relations which are external and contingent. In the latter case, two entities or items can exist without one another and it is thus neither necessary nor impossible that they stand in any particular relation to one another, for the nature of either does not depend upon this. (...) To state that the relationship between two entities is contingent is not to assert that the one exerts no influence upon the other (reciprocally or asymmetrically): it is merely to

maintain that the two can exist on their own for they are existentially independent” (Archer, 1995: 173-4).

À primeira vista, alguns autores partilham com o realismo crítico a importância atribuída à identificação de relações estruturais na produção de explicações científicas; contudo, aquilo que entendem por esse tipo de relação é completamente diferente. Na perspectiva de autores como George e Bennett (2005), Mahoney e Goertz (2006) e Ragin (1987), esse tipo de relações define-se a partir da ideia de co-ocorrência, no sentido em que se referem a eventos que estão sempre presentes, isoladamente ou em combinação com outros, quando o fenómeno em estudo sucede⁶. Trata-se, portanto, de uma visão de causalidade que não inclui a ideia de emergência, e que não assume uma ruptura clara com a escala a que os fenómenos são apreendidos.

O realismo crítico, ao reconhecer poderes causais próprios às formações sociais, isto é, não redutíveis às acções individuais actuais, abre a possibilidade de existirem “relações entre relações”, ou seja, relações sistémicas. Archer (1995), na linha de Lockwood, refere-se a esse tipo de relações através do conceito de integração sistémica (*system integration*), relações entre as partes (por exemplo, as diferentes estruturas sociais) de um sistema. Essas são ontologicamente distintas daquelas que remetem para relações entre pessoas, que Archer (1995) situa no conceito de integração social. Defende, ainda, que as relações sistémicas, por exemplo, entre estrutura cultural e estrutura social, não têm de ser necessariamente funcionais, pode haver lugar a disfunções, assim como podem dar-se transformações⁷. Esse é um passo que alguns dos autores do individualismo metodológico não dão: *“Explanation is not built upon mere associations between variables, but always refers directly to causes and consequences of individual action oriented to the behaviour of others. A corollary to this principle states that there exist no macro-level mechanisms; macro-level entities or events are linked to one another via combinations of situational, individual action and transformational mechanisms, i.e., all macro-level change should be conceptualized in*

⁶ “A cause is defined as necessary if it must be present for a certain outcome to occur. A cause is defined as sufficient if by itself it can produce a certain outcome. (...) Necessity and sufficiency are usually considered jointly because all combinations of the two are meaningful. A cause is both necessary and sufficient if it is the only cause that produces an outcome and it is singular (that is, not a combination of causes). A cause is sufficient but not necessary if it is capable of producing the outcome but is not the only cause with this capability. A cause is necessary but not sufficient if it is capable of producing an outcome in combination with other causes and appears in all such combinations. Finally, a cause is neither necessary nor sufficient if it appears only in a subset of the combinations of conditions that produce an outcome” (Ragin, 1987: 99-100).

⁷ Para uma síntese interessante da proposta de Archer, ver Jonh Parker (2000).

terms of three separate transitions (macro-micro, micro-micro, and micro-macro)” (Hedstrom e Swedberg, 1996: 299); “*El sociólogo debe adoptar como regla de método la de considerar a los individuos o actores individuales incluidos en un sistema de interacción, como a los átomos lógicos de su análisis*” (Boudon, 1979: 63-64).

É conhecida a tese de Boudon sobre as causas da vulnerabilidade escolar dos alunos de classe popular e a sua crítica às tentativas de se explicá-la a partir de causas “macrossociais”. Na medida em que os estudantes de determinada classe social não correspondem a um grupo organizado, com instituições e mecanismos de decisão colectiva, não formam aquilo a que o autor denomina sistema funcional ou de papéis.

Nessa perspectiva, o referido padrão social deve-se, por um lado, à semelhança de situações em que os indivíduos se encontram, como ter determinada condição socioeconómica, e, conseqüentemente, à tendência para uma coincidência de “boas razões” (racionalidade subjectiva) para agir em determinado sentido, por exemplo, investir ou não num trajecto de escolarização; por outro, ao facto de a probabilidade que cada um tem de, por exemplo, entrar nas vagas existentes no ensino superior depender das opções tomadas pelos demais, imaginemos, do número de estudantes que se candidatou neste ano. Estes aspectos caracterizam aquilo a que Boudon (1979) denomina sistemas de interdependência. “*Consideremos el mercado de los diplomas. Los individuos que van tras un diploma están en situación de interdependencia: se perturban mutuamente y contribuyen con su demanda a las fluctuaciones de valor de esos mismos diplomas. Pero las relaciones entre los individuos todavía no tienen aquí la forma de relaciones de papeles. No se trata de un sistema funcional, sino de un sistema de interdependencia*” (Boudon, 1979: 68).

Na tese de Boudon, os grandes princípios organizadores da vida em sociedade são a racionalidade subjectiva subjacente às acções dos indivíduos, caso dos sistemas de interdependência, e as normas subjacentes ao conjunto de papéis de um dado sistema funcional.

Assim, o conhecido padrão de desigualdade no acesso à educação é explicado, sobretudo, por uma aglomeração de acções interdependentes, aquilo a que o autor denomina efeitos de agregação ou efeitos emergentes (num sentido completamente diferente do conceito de propriedades emergentes do realismo crítico). “*Un efecto de agregación o efecto emergente es, pues, un efecto que no había sido buscado especialmente por los agentes de un sistema y que resulta de su situación de interdependencia*” (Boudon, 1979: 95).

Segundo Archer (1995), a associação que o individualismo metodológico estabelece entre “efeito de agregação” e fenómenos sociais corresponde a uma concepção que coloca as causas dos fenómenos no mesmo estrato da manifestação destes, que tem dificuldade em fornecer ferramentas analíticas que permitam explicar o porquê da origem, durabilidade e cristalização de determinados fenómenos, como a vulnerabilidade escolar das classes populares. *“The systematicness of these effects cannot be attributed to the entire shifting flux of unintended consequences, precisely because these combinations are ephemeral and contain inconsequential items, but rather only to a special sub-class – that is emergent properties, whose differentiating features are relative endurance, natural necessity, and the possession of causal powers”* (Archer, 1995: 167).

Na perspectiva do realismo crítico, as relações que compõem o sistema de interdependência de Boudon são sobretudo relações de contingência, quando à sociologia interessariam especialmente as relações estruturais (Archer, 1995). Segundo essa concepção, as estruturas correspondem a um conjunto de objectos e actividades interligados por relações internas e necessárias, com propriedades causais que não podem ser reduzidas às suas partes. A definição de estrutura fornecida por Pires (2007) aproxima-se bastante desta visão: *“Proponho que se defina estrutura social como o conjunto de propriedades sistémicas ordenadoras da acção social com o estatuto de realidade emergente reconhecível pelos seus efeitos objectivos (no sentido realista do enunciado). Essas propriedades manifestam-se tanto no plano relacional como no plano cultural, tanto constringendo a acção porque ordenando, externamente, os ambientes desta, como ordenando directamente a acção porque, internalizados, sustentam generativamente o seu desenvolvimento”* (Pires, 2007: 29).

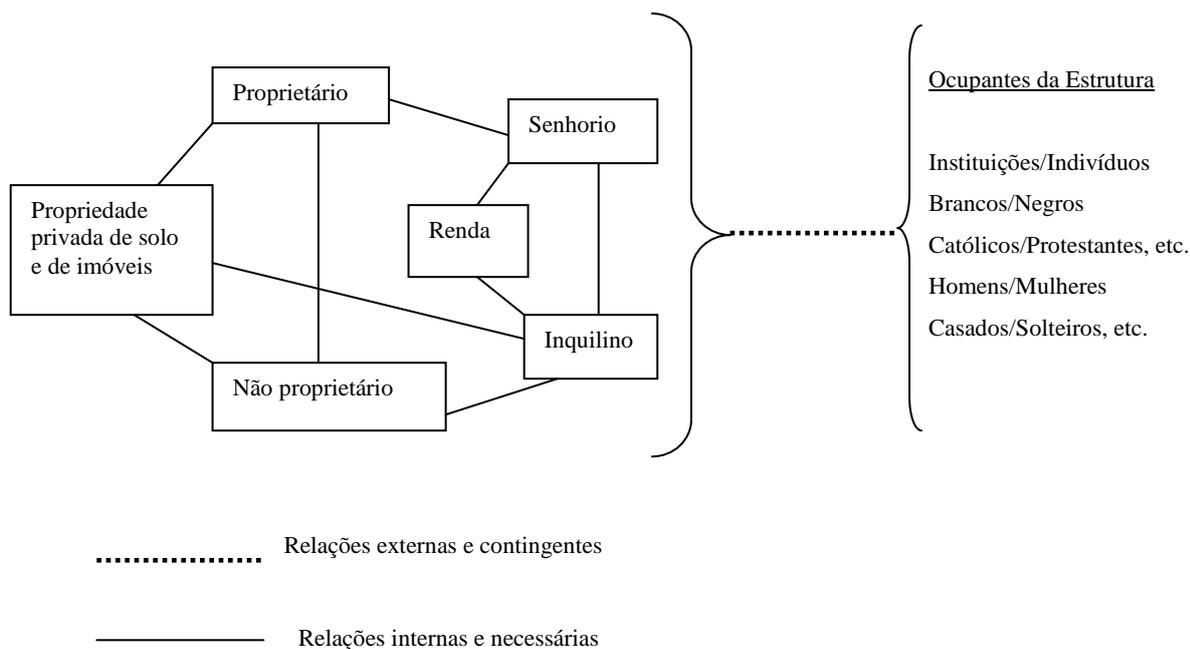


Figura 1. Estrutura (Sayer, 1984: 93)

A premissa individualista de que os fenómenos sociais devem ser olhados como agregações *sui generis* de múltiplas acções e que para serem explicados devem ser reduzidos à unidade última que lhes deu origem, o indivíduo ou actores, não é compatível com a premissa da autonomia dos poderes estruturais⁸. “*Even though social structures exist only where people reproduce them, they have powers irreducible to those of individuals (you can’t pay rent to yourself). Explanation of the actions of individuals often therefore requires not a micro (reductionism) regress to their inner constitution (though that may be relevant too) but a ‘macro regress’ to the social structures in which they are located*” (Sayer, 1992: 119).

Os poderes causais das estruturas, por decorrerem de relações internas e necessárias, surtem efeito apenas quando desencadeados pelas acções actuais, mas isto não significa que a existência desses poderes causais se deva às acções que os instanciam (dualismo analítico) (Archer, 1995). Não se trata de dizer que as estruturas sociais sejam independentes da acção humana (que seria uma reificação grosseira), trata-se, antes, de sustentar que não são produto das acções actuais (que os instanciam), mas das acções passadas, cuja capacidade de exercer influência sobre a realidade dura

⁸ “*Emergent properties (...) are distinguished from aggregate consequences, for however important the effects of the latter may be, they can always be disaggregated into the sum of individual actions, that is they are reducible*” (Archer, 1995: 177).

para além da existência dos seus autores⁹ (Archer, 1995; Danermark *et al.*, 2002). Por exemplo, a capacidade de classificação e hierarquização inerente à escola surge efeito quando esta põe em acção, através dos seus diferentes actores, os seus diferentes procedimentos de avaliação, mas, mesmo quando não o faz, continua a ter esses poderes. É claro que isto não significa que a escola e os seus mecanismos sejam imutáveis.

O individualismo metodológico, ao fazer depender a organização social apenas das acções actuais, acaba por não desenvolver ferramentas que permitam compreender o porquê do surgimento e consolidação dessas estruturas. *“Thus, the social context has become the effect of contemporary other people. For it follows that whatever makes up our environment (such as enduring roles, positions and distributions) are all things that the ‘people concerned’ now do not want to change/do not know how to change or do not think about changing. In other words, whatever the origins of the social tendencies and features we observe, their present existence is due in some way to the people present”* (Archer, 1995: 43-44).

Na perspectiva do realismo crítico, para explicar a origem das diferentes estruturas, é importante procurar as relações internas e necessárias que estão na sua base. Para explicar os efeitos destas (como, por exemplo, a correlação entre origens sociais e sucesso escolar), é necessário ainda perceber como se articulam com outras estruturas e condições externas (Sayer, 1984 e 2000; Danermark *et al.*, 2002).

Notas finais

A propósito da possibilidade da explicação sociológica a partir de pesquisas intensivas, assim como comparativas, percorremos algumas perspectivas sobre a causalidade em ciências sociais. No modelo empirista que apresentámos, cuja concepção de explicação é amplamente dependente da observação de regularidades de sucessão de eventos, não fica clara a distinção entre correlações e relações de causalidade, colocando-se, portanto, o risco de uma abordagem fenomenalista que não concebe uma ruptura com a escala ou, recorrendo à concepção do realismo crítico, com o estrato de realidade a que os fenómenos se tornam observáveis.

⁹*“It seems that the root of confusion lies in an over precipitous and quite unnecessary leap from the truistic proposition ‘No people: no society’ to the highly questionable assertion ‘this society; because of these people here present’”* (Archer, 1995: 141).

Uma alternativa a essa perspectiva de causalidade é aquela defendida pelo realismo crítico, através do conceito de emergência. Ao ser definido como um poder “de causar” não redutível às acções dos indivíduos (que existe para além da instanciação pelas acções) e proveniente de relações internas e necessárias a nível estrutural (que podem ser macro, mas também de tipo micro), estes autores reclamam a não redução das causas dos fenómenos sociais ao domínio empírico. A análise causal centrar-se-á, assim, não tanto na procura de regularidades empíricas (embora estas sejam uma ferramenta de trabalho importante), mas na procura de relações estruturais, de conexão substantiva, caracterizadas pela natureza interdependente das partes intervenientes (por exemplo, senhorio, propriedade de imóvel, renda, inquilino) e que é útil para a explicação quer de grandes regularidades sociais, quer de casos excepcionais.

Recorrendo ao exemplo do padrão de desigualdade social no acesso à educação: a abordagem empirista não fornece ferramentas que previnam derrapagens de uma análise de correlações para enunciados do tipo “o nível de capital cultural de origem explica o sucesso escolar”, salto, aliás, bastante intuitivo: quanto maior for a exposição das crianças e dos jovens a um contexto familiar “cultivado”, maior será a sua preparação, maior será a sua capacidade para acompanhar as directrizes da instituição que, por excelência, transmite essa cultura cultivada. Mas será esse o único, ou o principal, princípio organizador que permite a persistência no tempo e no espaço do referido padrão?

Na perspectiva do individualismo metodológico, esse padrão de desigualdade deve-se não somente ao facto de os estudantes de classes diferentes terem à partida níveis diferentes de preparação escolar mas também ao facto de as famílias e os estudantes tenderem a desenvolver cálculos de custo-benefício (que são sempre guiados por uma racionalidade subjectiva) entre o nível de recursos disponíveis para o investimento escolar e a probabilidade de atingirem o resultado desejado. Por outro lado, esse acesso à escolarização depende não só dessa dimensão individual mas também do efeito de agregação das acções de diferentes indivíduos no “mercado dos diplomas escolares” (sistema de interdependência), em que a probabilidade de se aceder a esse recurso finito (número de vagas existentes no ensino superior) depende do número de indivíduos que procuram esses recursos. Portanto, também aqui as regularidades empíricas têm um destaque importante naquilo que se entende por causa, embora numa versão menos atomista que a anterior, pois já se concebe um “efeito” decorrente especificamente de relações de interdependência. Embora esses efeitos

contribuam para a explicação do fenómeno das desigualdades sociais na escola, será que são as causas principais desse fenómeno e da sua persistência ao longo do tempo?

Na perspectiva do realismo crítico, os “efeitos de agregação”, que na sua leitura decorrem de relações externas e contingentes, apesar de existirem, não são os mais importantes na explicação dessas desigualdades. Propõem que as causas sejam procuradas a nível das relações estruturais presentes na escola e na sua articulação com outras estruturas sociais (de classe, de género, etc.). A correlação entre classe social e resultados escolares não evidencia *per si* essas relações, tomadas isoladamente, não evidencia as diferentes estruturas que interagem na produção desse padrão estatístico.

Mas dizer que as regularidades empíricas não têm em si a explicação dos fenómenos não é o mesmo que dizer que estas, ou que a observação empírica em geral, são irrelevantes. Aquilo que se procurou discutir, através do conceito de propriedades emergentes, foi uma abordagem de causalidade que seja não só empiricamente sustentada (quer sejam regularidades, quer outras formas de evidência empírica), mas que também tenha em conta a importância de dimensões não observáveis da realidade.

De certa forma, procurou-se também romper, à semelhança de alguns autores portugueses (Almeida e Pinto, 1975; Pinto, 1984a; Costa, 1999; Costa, 1986), com a ideia de que há métodos que, *per si*, são “bons” para a análise causal e outros que o são menos. Não só a adequabilidade de um método, ao objectivo de explicar, deve ser aferida em articulação com os objectos de estudo de pesquisas concretas, como também, dada a complexidade dos fenómenos sociais, as abordagens multimétodo ou de triangulação metodológica (Duarte, 2009) serão muitas vezes a opção mais adequada.

Por último, não é de mais enfatizar a importância de não fazer coincidir métodos de observação – extensivos, intensivos, comparativos – com perspectivas sobre a explicação. É patente que, no quadro de uma visão empirista, tender-se-á a considerar a análise extensiva como a via exclusiva para a explicação, mas isto não significa que em todas as pesquisas extensivas se partilhe dessa concepção ou que uma pesquisa tendencialmente intensiva tenha *per si* uma concepção não empirista do trabalho científico.

Bibliografia

- Almeida, João Ferreira de, e José Madureira Pinto (1975), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Almeida, João Ferreira de (2007), “Velhos e Novos Aspectos da Epistemologia das Ciências Sociais”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 55, pp. 11-24.
- Almeida, João Ferreira de, e José Madureira Pinto (1986), “Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 55-78.
- Archer, Margaret S. (1995), *Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Bhaskar, Roy (1989), “Societies”, em Roy Bhaskar (1989), *The Possibility of Naturalism. A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*, 2.ª ed., Londres, Harvester Wheatsheaf, pp. 25-79.
- Boudon, Raymond (1981), *La Lógica de lo Social: Introducción al Análisis Sociológico*, Madrid, Ediciones Rialp.
- Boudon, Raymond, e François Bourricaud (1994), *Dictionnaire Critique de la Sociologie*, Paris, PUF.
- Brante, Thomas (2001), “Consequências do Realismo na Construção da Teoria Sociológica”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 36, pp. 9-38.
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n36/n36a01.pdf>
- Costa, António Firmino da (1986), “A pesquisa de terreno em sociologia”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, cap. 5, pp. 129-148.
- Costa, António Firmino da (1999), “Introdução”, in *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-16.
- Danermark, Berth, Mats Ekstrom, Liselotte Jakobsen e Jan Karlson (2002), *Explaining Society: Critical Realism in the Social Sciences*, Londres, Routledge.
- Duarte, Teresa (2009), “A possibilidade da investigação a 3: Reflexões sobre a triangulação (metodológica)”, in *CIES e-Working Paper*, n.º 60.
http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf
- Durkheim, Émile (2001), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.
- Ekstrom, Matts (1992), “Causal Explanation of Social Action: The Contribution of Max Weber and of Critical Realism to a Generative View of Causal Explanation in Social Science”, in *Acta Sociologica*, Vol. 35, pp. 107-122.
- Fernandes, António Teixeira (1996), “O Conhecimento Científico-Social: Elementos para a Análise do Seu Processo em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 20, pp. 9-41.
- Elster, Jon (1992), “Mechanisms”, in *Nuts and Bolts for the Social Sciences*, Cambridge University Press, pp. 3-10.
- Hedstrom, Peter (2005), *Dissecting the Social: On the Principles of Analytical Sociology*, Cambridge University Press.
- Hedstrom, Peter, Richard Swedberg (1996), “Social Mechanisms”, in *Acta Sociologica*, Vol. 39, pp. 281-308.

- Hedstrom, Peter, e Richard Swedberg (1998), "Social Mechanisms: An Introductory Essay", in Hedstrom, Peter e Richard Swedberg (orgs.) *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*, Cambridge University Press, pp. 1-31.
- Hempel, Carl (1970), *Aspects of Scientific Explanation and Other Essays in the Philosophy of Science*, New York, The Free Press.
- Hempel, Carl, e Paul Oppenheim (1948), "Studies in the Logic of Explanation", in *Philosophy of Science*, Vol. 15, n.º 2, pp. 135-175.
<http://www.sfu.ca/~jillmc/Hempel%20and%20Oppenheim.pdf>
- George, Alexander, e Andrew Bennett (2005), *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*, Cambridge, MIT Press.
- Machado, Fernando Luís (2009), "Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada", *Sociologia*, Vol. 19, Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 283-343.
- Mahoney, James (2001), "Beyond Correlational Analysis: Recent Innovations in Theory and Method", in *Sociological Forum*, Vol. 16, n.º 3, pp. 575-593.
- Mahoney, James, e Gary Goertz (2006), "A Tale of Two Cultures: Contrasting Qualitative and Quantitative Research", in *Political Analysis*, Vol. 14, n.º 3, pp. 227-249.
- Merton, Robert (1968), *Social Theory and Social Structure*, New York, The Free Press.
- Parker, John (2000), *Structuration*, Buckingham, Open University Press, pp. 67-101.
- Lago, Ignacio Peñas (2008), *La Lógica de la Explicación en las Ciencias Sociales: Una Introducción Metodológica*, Madrid, Alianza Editorial.
- Pinto, José Madureira (1984a), "Questões de Metodologia Sociológica (I)", in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 1, pp. 5-42.
- Parker, John (2000), *Structuration*, Buckingham, Open University Press, pp. 67-101.
- Pinto, José Madureira (1984b), "Questões de Metodologia Sociológica (II)", in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 2, pp. 113-140.
- Pinto, José Madureira (1985), "Questões de Metodologia Sociológica (III)", in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 3, pp. 133-156.
- Pinto, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Porto, Edições Afrontamento.
- Ragin, Charles (1987), *The Comparative Method: Moving beyond Qualitative and Quantitative Strategies*, Berkley, University of California Press.
- Santos, Boaventura Sousa (1989), *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (1987, 2003), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento.
- Sayer, Andrew (1984), *Method in Social Science: A realist approach*, London, Routledge.
- Sayer, Andrew (2000), *Realism and Social Science*, London, Sage.